

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 13, Número 1, Maio de 2024

Traduções

A surpreendente resiliência da democracia

Steven Levitsky e Lucan A. Way

**Países do Golfo Pérsico e sharp power:
de aliados a adversários**

Christopher Davidson

O autocrata em formação: 10 anos do regime Sisi

Hesham Sallam

A resistência global aos direitos LGBTQI

Phillip Ayoub e Kristina Stoeckl

Artigos Inéditos

Crise climática e crise da democracia?

**Um mapeamento dos desafios para as democracias
em um mundo que aquece**

Luiza Veronese Lacava, Marina Shhessarenko Fraife Barreto e

Mônica Sodré Pires

**A integra o da África nas finanças internacionais
e suas consequências políticas**

Nicolas Lippolis

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDA O FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



O autocrata em formação: 10 anos do regime Sisi

Hesham Sallam

Hesham Sallam é pesquisador sênior e diretor associado de pesquisa do Centro de Democracia, Desenvolvimento e Estado de Direito da Universidade de Stanford.

Uma década se passou desde que o General Abdel Fattah al-Sisi assumiu a presidência do Egito, um ano após liderar um golpe militar contra Mohamed Morsi (2012–13), o presidente eleito a quem o general havia servido como ministro da Defesa. O reinado de Sisi tem sido o de um autocrata em formação que governa principalmente por tentativa e erro, já que seu conhecimento e experiência raramente correspondem à sua excessiva confiança. Ele baseou suas prioridades, estratégias e tomadas de decisão mais em uma combinação de desejo, medo e instinto do que nas necessidades do povo egípcio e no que é realmente viável.

Sisi não apenas está aprendendo no cargo, como sua impaciência, tendências personalistas e visão de mundo complicada muitas vezes levam a decisões impulsivas. Quando o tiro sai pela culatra, ele responde com reformas tímidas ou insiste no erro. É assim que Sisi tem abordado a economia, a dissidência e seu próprio aparato político. O resultado é uma autocracia precária incapaz de administrar prioridades econômicas conflitantes, fortemente dependente de coerção e apoio externo e teimosamente aversa à mediação de instituições formais e alianças políticas.

**Publicado originalmente como “The Autocrat-in-Training: The Sisi Regime at 10”, Journal of Democracy, Volume 35, Number 1, January 2024 © 2024 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.*

Nos primeiros anos da presidência de Sisi, ele se concentrou principalmente em produzir crescimento econômico rápido, já que a economia egípcia estava em crise desde a queda do ditador Hosni Mubarak (que governou de 1981 a 2011) durante a revolução egípcia de 2011, um dos momentos mais marcantes da chamada Primavera Árabe que eclodiu no norte da África e o Oriente Médio entre 2010 e 2012. Ao assumir o poder de fato após o golpe militar de 2013, e sobretudo após ser eleito presidente em 2014, Sisi tentou estimular o crescimento por meio de projetos de infraestrutura liderados pelo Estado: construção da Nova Capital Administrativa (NAC), dezenas de novas cidades, um novo Canal de Suez e uma ampla gama de projetos de infraestrutura de transportes. Essas iniciativas trouxeram enorme publicidade e projetaram uma imagem de modernidade, legitimando, assim, o estilo de governo personalista de Sisi e reforçando sua imagem como um salvador da pátria que, sozinho, estava tirando o Egito da situação de desespero e declínio econômico.

Mas por trás desses projetos havia mais do que rápido crescimento e manobras de relações públicas. Sisi colocou as Forças Armadas do Egito no comando desses projetos, expandindo, assim, o já significativo papel dos militares na economia. A estratégia econômica de Sisi, centrada nos militares, evidenciava sua desconfiança tanto em relação à burocracia pública quanto ao setor privado. Ele via a primeira como lenta, ineficaz e atolada em obstrucionismo, especialmente em comparação com as instituições militares, conhecidas por um estilo de gestão de comando e controle indiferente à resistência burocrática e afeita à execução rápida. O setor privado nunca foi um parceiro atraente para Sisi, ele próprio produto de um establishment militar que há muito se ressentia da relação de compadrio de Mubarak com grandes empresas, forjada em nome da liberalização econômica. Essa relação havia atizado a ira popular em 2011, talvez

reforçando a relutância de Sisi em cultivar uma classe empresarial própria. Assim, os militares foram chamados a assumir o volante.¹

Sisi conseguiu projetar a imagem de um reformador ousado, que estava tomando decisões difíceis que seus antecessores haviam evitado por muito tempo. Mas a verdade era que ele estava gastando de maneira escandalosa.

Essa estratégia funcionou no início do novo regime liderado por Sisi. A economia cresceu, o desemprego caiu e o déficit orçamentário encolheu —sinais, segundo o governo, de que a economia estava se recuperando e era segura para os investidores. Mas esses números impressionantes mascaravam realidades inconvenientes.

Grande parte do crescimento foi impulsionado por investimentos públicos que geraram poucos empregos estáveis. Enquanto o governo dizia que estava trabalhando para promover o setor privado, Sisi fazia exatamente o oposto, afastando investimentos privados com projetos liderados pelos militares. E o foco em megaprojetos caros, muitas vezes com retornos incertos,² veio às custas de outras necessidades urgentes, incluindo gastos sociais.

Em dado momento, a estratégia liderada pelos militares ganhou vida própria. As Forças Armadas do Egito estiveram envolvidas na economia civil por décadas, desfrutando de isenções fiscais, do trabalho gratuito de seus próprios recrutas e do acesso irrestrito à terra. Mas, sob Sisi, o império econômico dos militares cresceu de novas formas. Além de projetos de construção, as Forças Armadas começaram a se envolver nos setores de commodities, na produção de cimento, aço, fosfato e fertilizante, e no comércio de produtos alimentícios subsidiados.³ Em poucos anos, a economia egípcia se tornou o reflexo da coalizão governista dominada pelos militares que se instalou no poder a partir de 2013.

Esse foi apenas um elemento em um processo mais amplo de militarização que invadiu todos os aspectos da vida pública no país. Os

militares se sentiam cada vez mais confortáveis para atuar e intervir não apenas na esfera econômica, mas também na mídia, nas artes, no ensino superior e em outros espaços da sociedade civil. Supervisionavam ministérios civis e órgãos de governança, oficialmente ou não. Até mesmo a contratação e o treinamento em muitas partes do funcionalismo público ficaram a cargo de oficiais militares. Com o autocrata em formação efetivamente terceirizando a governança do país para as Forças Armadas, era natural que a economia comandada por oficiais expandisse seu escopo.

Gastos excessivos, endividamento e austeridade

O espetáculo dos megaprojetos de infraestrutura ajudou a sustentar essas dinâmicas. Chamando para si o crédito pelas grandes obras—muitas vezes em grandes cerimônias nas quais Sisi se gabava de sua própria sabedoria e perspicácia —, essa forma de governar acabou se tornando algo que só pode ser descrito como um vício doentio do presidente. Logo, o líder egípcio começou a julgar seu próprio desempenho por quantas rodovias, viadutos, unidades de extração de recursos ou portos seu governo construiu em um determinado ano. De fato, os crescentes compromissos assumidos pelo Estado egípcio com os megaprojetos de infraestrutura foram em grande parte produto da obsessão e do fascínio de Sisi pela estética extravagante de Dubai e outras cidades luxuosas do Golfo Pérsico.⁴ Na verdade, ele continuou gastando nesses empreendimentos como se o Egito fosse “um Estado rentista financiado por exportações de hidrocarbonetos”.⁵

Na realidade, no entanto, o Egito não podia se dar ao luxo de emular o “modelo do Golfo” que Sisi tanto admirava. Contudo, ele fez isso dar certo por um tempo, financiando sua farra de gastos com o ingresso massivo de ajuda externa que ocorreu após o golpe de 2013, principalmente por parte dos ricos países do Golfo. Tanto a Arábia

Saudita como os Emirados Árabes Unidos (EAU) apoiaram o golpe contra a Irmandade Muçulmana de Morsi como parte de um esforço regional para impedir que a chamada Primavera Árabe se espalhasse para suas próprias sociedades e subverter qualquer movimento que pudesse resultar na consolidação de um ambiente político mais democrático e competitivo em países da região. Os bilhões de dólares que os aliados do Golfo canalizaram para o Egito para sustentar o regime Sisi e manter a Irmandade Muçulmana afastada do poder ajudaram o novo presidente egípcio a realizar seus ambiciosos e caros projetos de investimento público.

Igualmente importante foi o enorme endividamento do Egito sob Sisi. A dívida externa do país mais que dobrou nos três primeiros anos de mandato do atual presidente, e a relação dívida bruta/PIB aumentou de 80% para 97%,⁶ em grande parte devido a um empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2016 no valor de US\$ 12 bilhões. O empréstimo estava vinculado a um programa de reforma econômica destinado a “impulsionar o crescimento e criar empregos, protegendo grupos vulneráveis”.⁷

Muitos observadores internacionais duvidavam que o governo egípcio cumpriria as reformas prometidas, mas, em um primeiro momento, Sisi conseguiu projetar a imagem de um reformador ousado, que estava tomando decisões difíceis que seus antecessores haviam evitado por muito tempo. A verdade é que ele estava gastando de maneira escandalosa para financiar seus megaprojetos e agradar seus aliados nas Forças Armadas com regalias e aumentos salariais, enquanto sujeitava as classes baixa e média ao “tratamento do Consenso de Washington”.

Na prática, isso significava cortes de subsídios e uma série de medidas de aumento de preços — desvalorização cambial, aumento do imposto sobre valor agregado e preços públicos mais altos — que contribuíram para o aumento da pobreza. Como parte de um supos-

to esforço de austeridade, Sisi também enfrentou a burocracia estatal e suas ineficiências, promovendo uma lei impopular que limitava os aumentos salariais de servidores públicos; impunha condições aos termos de contratações, aumentos e promoções; e reduzia a influência e representação dos trabalhadores na gestão de empresas públicas.⁸

Sisi parecia disposto a dismantelar o contrato social implícito, mas poderoso, que regia as relações entre Estado e sociedade desde o governo de Gamal Abdel Nasser (1954–70): um acordo autoritário no qual os cidadãos egípcios aceitavam viver com direitos políticos limitados, desde que o Estado protegesse seus direitos sociais e econômicos e seu bem-estar por meio de políticas e práticas bem estabelecidas, incluindo gastos com assistência social, oportunidades de emprego público, educação e saúde gratuitas, preços subsidiados e proteções trabalhistas. No entanto, desde a década de 1970, sucessivos governos egípcios têm perseguido políticas de liberalização econômica que gradualmente corroeram esses direitos. Embora cada um desses governos tenha tentado convencer o povo de que não havia abandonado o “caminho de Abdel Nasser” para a justiça social, na realidade, a ordem politicamente excludente, mas economicamente inclusiva do Egito estava pouco a pouco desaparecendo.

Sisi seguiu um caminho semelhante, embora com muito menos cautela e diplomacia do que seus antecessores. Nesta década em que se consolidou no poder, o ex-comandante das Forças Armadas se destaca por abandonar todas as aparências de compromisso do Estado com a equidade social e a justiça distributiva. Ele é rápido em repreender o público, assim como faria com seus soldados, à menor queixa sobre suas políticas econômicas, dizendo às famílias de baixa e média renda para apertarem o cinto e se virarem com a piora das condições econômicas. Sisi nunca doura a pílula em relação a políticas impopulares, e chegou a fazer um discurso televisionado repreendendo seus antecessores por não aumentarem os preços das

passagens de trem com medo de incitar a ira popular, e sugerindo que ele estava fazendo um favor aos egípcios ao aumentar os preços para financiar melhorias na infraestrutura ferroviária.⁹ Mas Sisi não estava implementando essas reformas para promover mercados competitivos e um governo eficiente (conforme as expectativas dos doadores internacionais). Ele estava apenas transferindo os benefícios do contrato social nasserista de seus beneficiários tradicionais — a classe média e os funcionários públicos — para os aliados da coalizão governista nas Forças Armadas.

Isso ficou mais evidente nos últimos anos, à medida que a dívida do Egito aumentou para US\$ 165 bilhões em 2023, contra apenas US\$ 41 bilhões quando Sisi assumiu a presidência em 2014. Um terço do orçamento anual do Egito agora vai para serviços da dívida e são as famílias de baixa e média renda que mais sofrem com as consequências, incluindo salários estatais defasados e medidas de austeridade, como a redução de subsídios.¹⁰ Agravando a tensão sobre os cidadãos comuns, o governo implementou uma onda de desvalorizações cambiais em 2022–23 para facilitar outro empréstimo do FMI, desta vez de US\$ 3 bilhões. A libra egípcia vale agora apenas metade de seu valor anterior, e os preços dos alimentos subiram 71%.¹¹

Sisi costuma culpar a guerra na Ucrânia e a pandemia de Covid-19 pelos problemas econômicos do Egito. A pandemia prejudicou o turismo e outros setores-chave e aumentou a pressão sobre o já sobrecarregado orçamento público. A guerra entre a Rússia e a Ucrânia, por sua vez, elevou os preços dos alimentos e da energia, reduziu as oportunidades de crescimento econômico e afugentou possíveis investidores. Mas os problemas do Egito são anteriores a esses choques. O setor privado não petrolífero já estava se contraindo mesmo antes da pandemia, graças ao endividamento implacável do governo. O favorecimento aos megaprojetos privou de capital físico e financeiro os setores de manufatura, incluindo de exportação. Além disso, os pro-

gramas de proteção social e subsídios públicos estavam padecendo bem antes de 2020.¹² A pandemia e a guerra simplesmente expuseram vulnerabilidades existentes.

Quando o fluxo pós-golpe de apoio financeiro e político externo diminuiu, especialmente por parte dos países do Golfo, os enormes compromissos de gastos de longo prazo de Sisi tornaram-se insustentáveis. Ele acreditava, equivocadamente, que a vasta ajuda e crédito de que desfrutava em seus primeiros anos fluiriam para sempre, um sentimento capturado por uma gafe que ele cometeu em uma conversa privada vazada para a mídia em 2015: “Eles [os países do Golfo] têm dinheiro como arroz”. Mas, no final da década de 2010, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes estavam mudando seu foco. As ameaças de uma insurgência ou um contragolpe no Egito já não eram tão prementes como durante o primeiro mandato de Sisi (2014-18) e ele havia esgotado a boa vontade de seus aliados ao deixar claro que o país era incapaz de se sustentar por conta própria, sem constantes socorros financeiros externos.

Quando a aposta do presidente na abundância infinita se frustrou, ele tinha pouco espaço de manobra, dadas as pressões econômicas, a crescente dívida e financiadores externos menos tolerantes. Em 2023, o Egito ficou em segundo lugar, atrás apenas da Ucrânia devastada pela guerra, “entre os países mais vulneráveis a não honrar compromissos da dívida”.¹³ E com o novo empréstimo do FMI naquele ano, o Egito se tornou o segundo maior devedor da instituição depois da Argentina, os preços continuaram a disparar, e as famílias egípcias em dificuldades se viram em uma posição mais precária do que nunca.

Os aliados de longa data de Sisi no Golfo agora estão fazendo coro ao FMI e exigindo reformas, incluindo limites de gastos e privatização de empresas estatais, algumas das quais esses próprios aliados estão de olho para comprar, na esperança de finalmente obter algum retorno sobre o dinheiro que injetaram no país.¹⁴ O fato de esses governos — não exa-

tamente conhecidos por conter gastos — terem finalmente se posicionado ressaltando o quão grave a crise fiscal do Egito se tornou na última década

Quem cantar vai morrer

Fundamental para entendermos a imprudência econômica do atual presidente é sua crença de que o povo egípcio não terá outra escolha a não ser arcar com o custo de suas políticas desastrosas. O caminho econômico de Sisi está baseado na negação ao povo do acesso a canais de dissidência, cerrando o espaço político por meio de violência, processos e prisões politicamente motivados, e uma série de leis que proíbem a dissidência, subjugam a vida política e a sociedade civil, e eliminam a mídia independente. Em outras palavras, Sisi apostava não apenas na abundância infinita, mas também na repressão.

Um dos slogans das manifestações antimilitares e antipoliciais entre 2011 e 2013 era “Levante a sua voz, e quem cantar não morrerá”. A voz dos manifestantes pacíficos tornou-se tão poderosa que, naquele momento de explosão de sentimentos há muito tempo sufocados, pensava-se que as forças de segurança nunca ousariam atirar neles. Embora incorreto — a violência do Estado contra os ativistas continuou de várias formas durante aquele período —, o canto ilustra como as noções de soberania popular estavam capturando a imaginação pública e reforçando a sensação de confiança e invencibilidade dos ativistas durante a Primavera egípcia.

Essa confiança foi abalada em 14 de agosto de 2013, pouco mais de um mês após o golpe liderado por Sisi. Naquele dia, as forças de segurança massacraram quase mil manifestantes em uma violenta emboscada contra manifestantes pró-Morsi nas praças Rabaa al-Adawiya e al-Nahda. O evento, considerado por muitos um crime contra a humanidade, foi um passo crítico para marcar a ordem política pós-golpe. O massacre, juntamente com as ondas de repressão que se seguiram, en-

viou uma mensagem ao povo de que o Estado não toleraria mais protestos em larga escala. Após o golpe, o governo de transição, apoiado pelos militares, institucionalizou esse entendimento por meio de uma lei draconiana que concedia às autoridades ampla discricionariedade para proibir protestos e dispersá-los à força.¹⁵

Tudo isso fez parte do esforço dos militares, iniciado em 2013, para se proteger de outro levante revolucionário. A primeira onda de repressão teve como alvo a Irmandade Muçulmana e seus aliados, que eram vistos como a maior ameaça à nova ordem política: o movimento foi declarado uma organização terrorista; seu partido político, dissolvido; seus ativos, congelados; e seus meios de comunicação, fechados. Milhares de membros da Irmandade Muçulmana foram processados em julgamentos politicamente motivados e condenados à prisão ou à morte. Com muitos de seus líderes na prisão ou no exílio, a Irmandade foi excluída da ordem política pós 2013.

Não demorou muito para que o aparato de segurança voltasse sua atenção para os movimentos e ativistas associados ao levante de janeiro de 2011, incluindo os líderes e membros do Movimento Jovem 6 de Abril — um importante mobilizador contra Mubarak e, mais tarde, os militares. As principais figuras do movimento foram presas no final de 2013 por supostamente violarem a restritiva lei de protesto, condenadas em julgamentos simulados e presas. O grupo foi banido por ordem judicial em abril de 2014. Rapidamente ficou claro que todos os que haviam participado do ativismo antimilitar desde 2011 estavam sendo alvo de prisão e processo. Em 2015, com dezenas de milhares de ativistas políticos e líderes atrás das grades, as prisões do Egito estavam operando a 150% da capacidade. Mas Sisi não cedeu, construindo mais prisões (34 a mais até 2021) para acomodar sua guerra contra dissidentes pacíficos.¹⁶

A abordagem de Sisi para gerenciar a dissidência política foi moldada pela crença de que qualquer abertura política, por menor que

fosse, poderia levar a uma repetição da situação revolucionária de 2011. Essa visão era informada por uma narrativa que data as raízes da queda de Mubarak a muito antes de janeiro de 2011 e a atribui principalmente ao seu movimento em direção a uma liberalização política limitada. Durante a última década de Mubarak no cargo, o Estado começou a tolerar amplamente os protestos e as críticas ao presidente. Se o regime de Mubarak (1981-2011) não tivesse tentado erguer uma fachada de democracia, pensava-se, a revolta de 2011 nunca teria acontecido. Assim, o establishment do governo de Sisi permaneceu comprometido por vários anos com o bloqueio da arena política para qualquer oposição significativa.

Após o golpe de 2013, houve um período de euforia nacionalista pró-Sisi. Na eleição presidencial de 2014, ele obteve uma vitória esmagadora, por mais de 96,9% dos votos, e tomou posse como presidente do Egito. Em 2015, esse clima favorável havia se dissipado, e o novo líder egípcio começou a atrair críticas mais abertas. Protestos eclodiram em 2015 e 2016 em resposta à deterioração das condições econômicas, à brutalidade policial, à supressão da liberdade de imprensa e à decisão de Sisi de ceder a soberania do Egito sobre as ilhas de Tiran e Sanafir à Arábia Saudita. A resposta de Sisi ao cenário político cada vez mais conturbado foi implacável. A cada onda de dissidência ou sinal de oposição — seja manifestações, críticas ao presidente na imprensa ou o surgimento de candidaturas presidenciais rivais — o Estado respondia com mais repressão.

Além das contínuas prisões e processos, Sisi impôs restrições mais pesadas à sociedade civil. A partir de 2017 as autoridades bloquearam os sites de centenas de veículos de comunicação independentes e grupos da sociedade civil e, no ano seguinte, Sisi sancionou uma lei que legalizava o monitoramento estatal e a regulação de contas privadas com grande número de seguidores nas redes sociais. O regime justificava a repressão à dissidência pacífica como uma guerra contra

o terrorismo. Os esforços só se intensificaram após 2017, quando o presidente declarou estado de emergência, permitindo o julgamento de seus opositores em tribunais de emergência sem o devido processo legal. E os partidos políticos independentes começaram a ver seus líderes e ativistas serem presos por motivos questionáveis.

Ao cerrar a outrora vibrante vida política do Egito pós-Primavera Árabe, Sisi enfrentou pouca resistência para eliminar opositores, enquanto buscava ocupar o Executivo, o Legislativo e o Judiciário com seguidores leais a ele. Em 2019, ele articulou a aprovação de uma emenda constitucional que efetivamente lhe permitia permanecer no cargo até 2030. Todas essas medidas o pouparam de ter que pagar a conta política por sua má gestão econômica. Enquanto ele permanecer no cargo, os cidadãos comuns, que agora não têm nenhum canal para a dissidência ou para organizar uma oposição viável, terão que arcar com os custos.

Nada disso teria sido possível sem o controle rigoroso do aparato de segurança sobre a mídia independente, que desempenhou um papel importante na mobilização do apoio público às manifestações antirregime de 2011–13. Ciente disso, os órgãos de inteligência de Sisi mantiveram esses veículos sob rédea curta. Hoje, quase todos os meios de comunicação de propriedade privada são controlados pelo setor de segurança por meio de propriedade indireta (*proxy ownership*). Os espaços disponíveis para apresentar publicamente pontos de vista alternativos são praticamente inexistentes.

Embora Sisi possa ter conseguido destruir o campo político que herdou da era anterior, ele não conseguiu construir um novo. Mesmo com a poderosa capacidade coercitiva que o Estado egípcia possui, o presidente tem enfrentado dificuldades para criar um aparato político viável capaz de organizar seus aliados e fazer avançar a agenda de seu governo.

Em busca de uma estrutura política

Sisi iniciou seu mandato tentando marginalizar os grupos políticos e grupos de interesse dominantes do antigo governo Mubarak. Em vez de forjar alianças com partidos existentes ou construir um partido governante para cooptar as principais elites políticas, Sisi apostou no apoio popular que havia conquistado após o golpe de 2013. Ele também criou uma série de programas destinados a formar uma nova geração de jovens políticos para suplantarem as classes políticas tradicionais das quais ele tinha desconfiança.

A esperança de Sisi era evitar os erros fatais de Mubarak em seus últimos anos como o todo poderoso líder do Egito, como a tolerância a um grupo abertamente corrupto de políticos aliados a seu filho Gamal dentro do Partido Nacional Democrático (NDP). Sisi temia que, se construísse um novo partido governante, políticos ambiciosos e grupos de interesses o usariam para ganhar influência dentro do establishment governista, o que poderia minar sua imagem e credibilidade junto à população. Sisi não estava sozinho em sua aversão aos políticos civis. Entre 2011 e 2013, a cúpula militar se familiarizou e passou a desconfiar dos políticos e de como eles trabalham.

A postura suspeita do presidente em relação à classe política tradicional desempenhou um papel importante na forma como o regime administrou as eleições legislativas de 2015, lançando mão do que eu chamo de “estratégia do parlamento fragmentado”. O regime desenhóu as regras eleitorais daquela eleição para garantir a eleição de um parlamento fragmentado, sem que nenhum partido político possuísse maioria ou um bloco grande o suficiente para atrapalhar a agenda presidencial. No fim das contas, a eleição produziu exatamente isso: um parlamento dominado por legisladores nominalmente apartidários e na qual nenhum partido conseguiu garantir mais de 10% dos assentos.

Enquanto tentava manter o parlamento fragmentado e fraco, Sisi também se esforçou para estabelecer uma classe política própria através do que eu chamo de “Projeto Nova Juventude” (NYP), que compreendia várias iniciativas para cultivar um grupo de jovens políticos pró-militares. Sisi esperava que esses líderes mais jovens e devidamente doutrinados pudessem eventualmente assumir o comando da política civil em vez dos oportunistas de sempre. O NYP também visava domar e pacificar os combativos jovens egípcios que haviam comparecido em massa às ruas e praças do Cairo durante a revolta de 2011.

O projeto baseava-se na crença de que, para que os políticos civis aceitassem a supremacia dos oficiais sobre a política e a economia, eles deveriam ser treinados na doutrina e nas normas militar-nacionalistas. Assim, a Academia Militar Nasser tornou-se a base de lançamento do NYP e começou a realizar programas de treinamento para jovens civis em 2014. Esses programas promoviam o papel central dos militares na governança e gestão dos assuntos civis. Os programas cresceram e encontraram abrigo institucional no Programa de Liderança Presidencial e na Academia Nacional de Treinamento, a partir de 2015 e 2017,¹⁷ respectivamente. Seus formandos passaram a assumir cargos seniores na burocracia estatal e nos meios de comunicação controlados pela inteligência. O NYP também patrocinou fóruns como a Conferência Nacional da Juventude e o Fórum Mundial da Juventude para mostrar ao público internacional a participação e inclusão dos jovens.

Enquanto isso, o partido Mostakbal Watan (Futuro da Nação – MW) também fazia parte da visão do NYP. O MW surgiu dos esforços das agências de inteligência para construir um movimento jovem para apoiar a candidatura presidencial de Sisi em 2014.¹⁸ Os fundadores do partido foram recrutados em grande parte entre os líderes do movimento estudantil. Embora o próprio Sisi tenha mantido uma distância oficial do partido, seu alinhamento com o establishment governista é bem conhecido. Com o apoio do Estado, os candidatos do MW

concorreram às eleições legislativas de 2015 e garantiram o segundo maior bloco parlamentar.

A trajetória do partido oferece uma visão da ambição de Sisi de substituir a classe política tradicional por sua própria força de jovens políticos. Em última análise, as pressões e desafios políticos que o presidente enfrentou na última década minaram essa visão, como revela a evolução do MW.

Sinais de alerta

Em 2021, o MW não se parecia em nada com o que era em 2014. Os jovens ativistas que as agências de inteligência haviam recrutado do movimento estudantil para substituir os políticos tradicionais da era Mubarak não estavam mais no comando. Eles haviam sido expulsos a partir de 2018 pelos próprios *insiders* que deveriam substituir. Em 2016, apenas um quarto do comando central do partido (Secretariado) tinha laços com o NDP. Em 2021, era mais da metade. Dois terços dos líderes provinciais também tinham laços com o NDP. Quanto aos signatários fundadores do MW, apenas dois permaneceram no Secretariado em 2021. Mais surpreendente, foi o próprio Sisi quem, cedendo às pressões políticas, deu sinal verde para a saída deles. À época, o presidente já havia aprendido que a política não pode ser criada do nada, como ele imaginava.

Os problemas com a estratégia política de Sisi começaram a surgir com o parlamento de 2015. O presidente esperava que um legislativo fragmentado fosse disfuncional demais para desafiar a presidência, mas não previu que também seria disfuncional demais para aprovar suas leis. Embora o Parlamento do Egito pós 2015 não tivesse blocos organizados que pudessem bloquear as iniciativas do presidente, formou-se uma bancada independente, conhecida como a Aliança de 25-30 (em referência às revoltas de 25 de janeiro de 2011 e 30 de

junho de 2013), que buscou se opor a um presidente visceralmente intolerante à crítica. Ao mesmo tempo, sem um partido dominante para estabelecer consensos, impor a agenda do governo e mobilizar seus apoiadores, o legislativo muitas vezes descambou para o caos, com os aliados de Sisi brigando publicamente entre si. Cansado do estado deplorável da instituição, o presidente ordenou o congelamento não oficial das atividades parlamentares em 2019, quase um ano antes das eleições seguintes.¹⁹

A aquela altura, Sisi estava começando a perceber que precisava de um braço político robusto. A fraqueza política do autocrata em formação ficou explicitada no nível municipal, onde as eleições foram sucessivamente adiadas desde 2014. Por quê? Desculpas oficiais à parte, como a da lei das eleições municipais travada no parlamento, o regime Sisi essencialmente não tinha estrutura organizacional para recrutar candidatos suficientes para concorrer em até 55 mil municípios. Em parte por causa de suas dificuldades parlamentares e limitações eleitorais, Sisi acabou decidindo mobilizar os funcionários do NDP.

Desde 2013, os remanescentes do regime de Mubarak causavam problemas para Sisi. O último primeiro-ministro de Mubarak, o ex-general da Força Aérea Ahmed Shafiq, tem sido o maior desses espinhos. Eterno candidato à presidência egípcia, Shafiq perdeu para Morsi na disputa de 2012 e, depois, optou por não concorrer contra Sisi em 2014. Na eleição presidencial de 2018, Shafiq ameaçou se candidatar, mas acabou desistindo por pressão e intimidação do regime.²⁰ As reiteradas aspirações do ex-primeiro-ministro à presidência, juntamente com as tentativas de seus apoiadores de conquistar um grande bloco no parlamento em 2015, despertaram os temores anteriores de Sisi de que as pessoas leais a Mubarak pudessem representar uma séria ameaça à consolidação de seu regime. Sisi precisava, portanto, não apenas aproveitar a experiência e os recursos dos mubarakistas, mas também mantê-los sob controle.

A aproximação entre os dois campos ganhou forma durante a eleição presidencial de 2018, quando o regime recrutou ex-filiados do NDP (ou “ex-NDPs”) para construir apoio para um segundo mandato de Sisi. A principal frente desse esforço foi chamada de *Kuluna Ma’ak Min Ajl Misr* (KM-MAM), que significa “estamos todos com você pelo bem do Egito”. A campanha foi lançada por Min Ajl Misr (MAM), uma associação formada em 2016 para apoiar a bancada parlamentar pró-Sisi e recrutar e treinar candidatos para as eleições municipais em nome do regime. Para alcançar esses objetivos, o MAM contou com redes da era Mubarak.

A ascensão do MAM ressaltou a percepção de que o Projeto Nova Juventude havia fracassado. O MAM assumiu papéis que os líderes jovens do MW haviam sido preparados para desempenhar, incluindo o recrutamento de políticos pró-regime, o avanço da agenda parlamentar de Sisi e a construção de apoio popular para o presidente. A dominância de ex-NDPs dentro do MAM sinalizou que Sisi havia moderado seu ceticismo em relação aos atores políticos do antigo regime Mubarak e a determinação de substituí-los por jovens pró-militares.

Às vésperas das eleições de 2018, o MAM havia se tornado a marca política de fato do regime de Sisi depois de lançar vários grupos subsidiários que usavam o slogan “Pelo bem do Egito”, incluindo o KM-MAM e seus muitos ex-NDPs com vasta experiência na condução de campanhas políticas. A própria eleição acabou se revelando um não evento: o presidente foi reeleito para um segundo mandato com mais de 97% dos votos, depois de concorrer contra um único adversário que também era um fã de Sisi, Moussa Mostafa Moussa, do Partido Al-Ghad (Amanhã). No entanto, a disputa foi importante por ter reconfigurado a estrutura política de Sisi, solidificando o papel do MAM como o principal executor das operações políticas do regime. O MAM passaria a assumir um papel que até então estava vago: o de braço político do regime.

Pouco depois da eleição, a imprensa estatal anunciou que o MAM estava formando seu próprio partido político. A revelação foi um tapa na cara do MW, que há muito esperava tornar-se o partido governista de Sisi. Mas o presidente aparentemente havia perdido a fé nos jovens amadores do MW e em sua capacidade de administrar a política eleitoral e parlamentar. Sisi, portanto, decidiu que precisava dos políticos experientes do MAM — exatamente aqueles que ele havia deixado de lado em seu primeiro mandato (2014-2018).

Um mês após esses acontecimentos, o MAM e o MW anunciaram que se fundiriam, mas não foi uma fusão de iguais. O MAM essencialmente assumiu o partido, substituindo muitos de seus líderes mais jovens por oficiais do MAM, incluindo ex-NDPs. Assim começou a transformação do MW. Em 2020, o partido se tornou um centro para ex-mubarakistas que estavam trocando suas experiências, recursos ou estatura pública por um lugar na estrutura política de Sisi. Essas figuras incluíam legisladores seniores e líderes de alto escalão do NDP (ou seus parentes), bem como políticos de médio escalão que vinham subindo nas fileiras do partido no poder durante os últimos anos de Mubarak. Outros eram funcionários que costumavam liderar os esforços de mobilização de jovens do NDP ou operações provinciais.

A reformulação do MW marginalizou muitos de seus jovens líderes originais (embora não seu então presidente, Ashraf Rashad, que permanece na liderança até hoje). Isso não significou o fim do NYP de Sisi, no entanto. Ele continua vivo em outras iniciativas em andamento, incluindo os programas de formação de jovens mencionados acima. A persistência de tais programas fala da determinação contínua de Sisi em criar uma comunidade de jovens políticos ideologicamente comprometidos com a proteção dos interesses do establishment militar.

Talvez para compensar a marginalização dos líderes jovens do MW, Sisi também criou um novo órgão por meio do qual pode canalizar o engajamento do NYP na política, chamado Comitê de Coordenação de

Líderes e Políticos Jovens dos Partidos (CPYP). Uma associação que reúne jovens líderes de diferentes partidos, o CPYP proporcionou um espaço para cultivar talentos políticos ao longo das linhas imaginadas pelo NYP. Assim, Sisi nunca desmantelou completamente seu projeto de juventude. Ele simplesmente reconfigurou partes dele, a saber, o MW, para acomodar um papel maior para as elites tradicionais de que agora precisava após a humilhante experiência de tentar fazer política sem seus recursos e habilidades.

Entrando na corrida eleitoral

A reformulação do MW foi um prelúdio para a mudança do regime em direção à política formal. Depois de 2018, Sisi começou a recuar de sua estratégia de primeiro mandato de conter a política civil, mantendo-a fragmentada e incapaz de ação coletiva. Com um braço político agora em vigor, o regime de Sisi começou a adotar uma abordagem mais intervencionista para gerenciar a vida política, ditando mais ativamente os resultados políticos e regulando o acesso da oposição institucionalizada à política formal. Mais notavelmente, o regime abandonou a estratégia de parlamento fragmentado que havia usado em 2015 em favor de uma abordagem centrada no partido, visando dar ao MW o controle legislativo em 2020.²¹

Assim, Sisi reescreveu as leis eleitorais para garantir que o MW conquistasse uma maioria decisiva no novo parlamento e que os partidos de oposição não obtivessem um número significativo de assentos, a menos que negociassem seu caminho para a lista eleitoral patrocinada pelo regime. A estratégia funcionou: o MW controlava a maioria no Parlamento do Egito de 2020, e o estado de fragmentação que caracterizava a legislatura anterior acabou; menos de um quarto dos 570 assentos eleitos foram para legisladores independentes (em comparação com três quintos em 2015).

À medida que Sisi começou a focar em garantir uma vantagem decisiva para o MW, ele também se tornou mais agressivo com a oposição institucionalizada. Mesmo antes da reorganização do MW, o regime havia mostrado uma brutalidade incrível em silenciar dissidentes que questionavam sua legitimidade. Mas, depois de 2018, o establishment de segurança tornou-se obcecado em dismantlar grupos de oposição formalmente constituídos, visando não apenas seus líderes, mas também seus estrategistas e profissionais que trabalhavam nos bastidores.²²

Por mais significativa que tenha sido, a reestruturação do MW pode não ter produzido o resultado que as elites mubarakistas esperavam. Sisi continua a manter o MW distante e evitou reconhecê-lo como seu partido governista oficial. O regime não fez nenhum esforço para incentivar os funcionários do Estado a se filiarem ao partido, e sua representação em altos cargos do governo permanece limitada, na melhor das hipóteses. Apesar de boatos ocasionais sobre o MW assumir o controle de alguns ministérios, não há nada que indique que Sisi esteja seriamente empenhado em conferir um papel significativo para o MW no governo do país. Os sinais ambíguos deixaram o partido em uma posição desconfortável, que se poderia descrever como a “zona de amizade política” de Sisi.

Essa realidade revela a persistente desconfiança do presidente em relação às elites políticas. Isso não é surpreendente, já que a acomodação de Sisi dos simpatizantes de Mubarak aconteceu por necessidade, não por convicção. Assim, o papel do MW como um partido governista interino seja, talvez, evidência de que o presidente está diversificando suas opções para minimizar riscos. Sisi pode acreditar que o NYP um dia ainda realizará seu sonho de uma nova classe de jovens políticos leais aos militares e com conhecimento político suficiente para substituir as elites políticas veteranas que Sisi tanto ressentia. Até que isso aconteça, se é que vai acontecer, Sisi pode ter que manter o MW em sua forma atual.

Aprendendo no cargo

O atual presidente do Egito, que cumpre seu terceiro mandato (foi eleito com 90% dos votos em 2023), começou seu reinado há pouco mais de uma década confiante de que poderia reestruturar a economia e o campo político do país a seu gosto. Ele levou adiante um plano de desenvolvimento que elevou o controle dos militares sobre a economia e avançou grandes projetos para construir prestígio, com pouca consideração por custos e riscos. O antigo general esperava que seus aliados estrangeiros e o povo egípcio arcassem indefinidamente com os custos dessa visão. E, embora agora saiba que isso é insustentável, ele resiste a mudar de rumo.

Os discursos do presidente sugerem que ele está preso no cenário político e econômico de 2014 e ainda não compreendeu totalmente que o período de abundância há muito se foi. Ele relembra a generosidade dos países do Golfo após o golpe de 2013 e insinua que o Egito precisa que eles reavivem esse mesmo espírito de generosidade para ajudar o país a superar seus desafios econômicos atuais. Sisi ainda aposta que o Egito é “grande demais para falir” e que seus aliados irão, mais cedo ou mais tarde, apresentar um plano de resgate. Mas, mesmo que esses apoiadores externos não estejam preparados para aceitar o colapso total do maior país árabe, a aposta de Sisi ignora o fato de que eles provavelmente estão dispostos a tolerar algum grau de instabilidade e precariedade econômica antes de desembolsar mais dinheiro.

Em meio ao agravamento das condições econômicas que tornaram a vida muito mais difícil para os egípcios comuns, Sisi tentou ao longo do último ano suavizar seu tom com o público. Ele disse certa vez, por exemplo, que estava preparado para ignorar as recomendações do FMI que poderiam aumentar ainda mais os preços ao consumidor. No entanto, ele continua a defender seus megaprojetos e investimentos vultosos em infraestrutura. Na primavera de 2023,

quando os egípcios estavam sofrendo com uma taxa de inflação de 30%, a mídia pró-Sisi se gabava de que a “Grande Mesquita” da Nova Capital Administrativa havia batido o recorde mundial de púlpito mais alto e maior e mais pesado lustre. Se esses sinais forem algum indício, Sisi pode optar por continuar no mesmo caminho econômico que adotou em seu primeiro mandato. Isso certamente causaria mais sofrimento e despertaria a ira popular e, assim, só aumentaria a dependência do presidente da repressão e contínuo fechamento do espaço político.

Embora Sisi tenha conseguido renovar o campo político que vigorava no Egito antes de 2013, ele tem lutado para estabelecer um novo campo político. Sisi inicialmente se recusou a institucionalizar sua coalizão por meio de um partido governante formal ou a incorporar políticos do antigo regime em sua estrutura política. Em vez disso, ele tentou evitar as elites políticas do antigo regime criando seu próprio “exército” de jovens políticos leais. Essa estratégia, no entanto, não deu os resultados pretendidos. No fim, o presidente viu que seu caminho não estava funcionando e se voltou para as mesmas classes políticas que ele havia desprezado para fazer o que havia evitado por anos, institucionalizando sua estrutura política. Mas Sisi ainda não abraçou totalmente esse caminho, talvez ainda acreditando em sua capacidade de governar sem uma classe política ou um partido forte. Resta saber se, em seu terceiro mandato, ele abandonará sua resistência a um projeto de partido governista, o que exigiria que ele colocasse limites às suas próprias tendências personalistas, assim como sua desconfiança da política institucionalizada.

O autocrata Sisi está mais seguro hoje do que estava no início de seu reinado? Certamente, ele conseguiu consolidar o poder eliminando adversários, recompensando seus aliados militares política e economicamente, e fechando todos os canais de expressão política e dissidência. No entanto, ele permanece fortemente dependente do

uso da repressão e tem enfrentado dificuldades para construir um eleitorado para seu regime fora do establishment de segurança que o protege.

Depois de passar uma década rebalanceando o campo político, Sisi agora se encontra sem muitos recursos para construir uma imagem crível de política participativa — uma que pudesse absorver o choque da ira popular diante do estado deteriorado da economia e aplacar as críticas internacionais. O temor de Sisi de repetir os erros de Mubarak pode ter alimentado suas sensibilidades personalistas e sua aversão às formas institucionalizadas de autoritarismo, encarnadas por partidos governistas, pluralismo político gerenciado e competição política limitada. Ao mesmo tempo, também privou o presidente egípcio das ferramentas políticas que teriam permitido a ele sustentar seu governo sem sentir constantemente a necessidade de reprimir a população ao menor sinal de oposição. Mas, como a memória de 25 de janeiro de 2011 sempre nos lembra, quando a ira popular se torna feroz, a repressão, por si só, não é uma aposta segura.

Notas

¹ Ou seja, mesmo que tivesse que terceirizar o trabalho para empresas privadas. Abdel-Fattah Barayez, “More than Money on their Minds: The Generals and the Economy in Egypt Revisited”, *Jadaliyya*, 2 julho 2015.

² Ver, por exemplo, “The Suez Canal Between Ambition and Reality”, Alternative Policy Solutions at the AUC, 6 agosto 2023.

³ Yezid Sayigh, “Praetorian Spearhead: The Role of the Military in the Evolution of Egypt’s State Capitalism 3.0”, *LSE Middle East Centre Paper Series* n. 43 (2021): 9, 19, 24.

⁴ Sayigh, “Praetorian Spearhead”, 11.

⁵ Robert Springborg, “Follow the Money to the Truth About Al-Sisi’s Egypt”, POMED, 7 janeiro 2022, 2, https://pomed.org/wp-content/uploads/2022/01/2022_01_Final_SpringborgSnapshot.pdf.

⁶ Para a relação dívida bruta/PIB, ver <https://www.macrotrends.net/countries/EGY/egypt/external-debt-stock>. Doaa A. Moneim, “Egypt’s Gross Debt to Reach 92.9% of GDP in 2023, Highest Record in Five Years: IMF”, *Ahram Online*, 12 abril 2023, <https://english.ahram.org.eg/News/495669.aspx>.

⁷ “IMF Executive Board Approves US\$ 12 Billion Extended Arrangement Under the Extended Fund Facility for Egypt”, FMI, 11 novembro 2016.

⁸ Maria Golia, “Taking On Egypt’s Big Bureaucracy”, MEI, 15 outubro 2015, <https://www.mei.edu/publications/taking-egypts-big-bureaucracy>; e Beesan Kassab, “Farewell to Worker Participation in the Management of the Public Business Sector”, *Mada Masr*, 17 setembro 2020.

⁹ A gravação das observações pode ser encontrada em <https://www.youtube.com/watch?v=UBWPXdCLyml>.

¹⁰ Amr Adely, “Al-din lil-jami’ wal-fawa’id li-ashab ra’s al-maal”, *Al-Manassa*, 21 maio 2023, <https://manassa.news/stories/11192>.

¹¹ “Emirati and Egyptian Central Banks Agree to Currency Swap Deal”, *Al-Jazeera*, 28 setembro 2023; Mirette Magdy, “Egypt Inflation Soars as Higher Food Costs Add to Currency Angst”, *Bloomberg*, 9 setembro 2023.

¹² Timothy E. Kaldas, “Egypt’s Next IMF Loan: How to Avoid the Failures of the Past Six Years”, *TIMEP*, 7 junho 2022; Maged Mandour, “Egypt’s Market Free Capitalism”, *Sada*, 2 junho 2022, <https://carnegieendowment.org/sada/87232>; Amr Adly, “Crowding Egypt’s Private Sector In, Not Out”, Carnegie Endowment for International Peace, 8 maio 2023; Mohamed Ahmed Abbas, “Taqiyim barnamij al-da’m al-naqdi fi misr”, Egyptian Institute for Studies Report, 19 junho 2019. Ver também Beesan Kassab, “Do Not Rest Assured: People in Need Are Still Not Getting Their Food Subsidies”, *Mada Masr*, 3 outubro 2019, <https://www.madamasr.com/en/2019/10/03/feature/>

economy/do-not-rest-assured-people-in-need-are-still-not-getting-their-food-subsidies.

¹³ Netty Idayu Ismail, “Egypt Splits Investors over Default Risk After Devaluations”, *Bloomberg*, 26 setembro 2023, <https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-09-27/egypt-transfixes-market-as-jpmorgan-imf-moody-s-wait-and-worry>.

¹⁴ “Gulf States Play Hardball over Sending Billions to Rescue Egypt”, *Middle East Monitor*, 25 fevereiro 2023.

¹⁵ “Egypt: Deeply Restrictive New Assembly Law”, Human Rights Watch, 26 novembro 2013.

¹⁶ Hossam el-Hamalawy, “Egypt: A Decade of Counter-Revolution”, *Fundação Rosa Luxemburgo*, 7 março 2023.

¹⁷ Nathan J. Brown e Mark Berlin, “Steering the Wide Egyptian State: Ideology or Administration?”, Carnegie Endowment for International Peace, 28 maio 2020, <https://carnegieendowment.org/2020/05/28/steering-wide-egyptian-state-ideology-or-administration-pub-81924>.

¹⁸ Hossam Bahgat, “Anatomy of an Election”, *Mada Masr*, 14 maio 2016.

¹⁹ Sobre a oposição parlamentar, ver, por exemplo, “Amid Mass Passing of Laws, Egypt’s Parliament Rejects Civil Service Law”, *Mada Masr*, 21 janeiro 2016; “A Presidential Directive to Freeze Parliament”, *Mada Masr*, 1º outubro 2019.

²⁰ Nour Youssef, “Egypt’s Presidential Race Loses Popular Candidate”, *New York Times*, 7 janeiro 2018, <https://www.nytimes.com/2018/01/07/world/middleeast/egypt-ahmed-shafik.html>.

²¹ Ver Hesham Sallam, “Repression, Legal Engineering, and State-managed Elections in Sisi’s Egypt”, in Francesco Cavatorta e Valeria Resta, eds., *Routledge Handbook on Elections in the Middle East and North Africa* (Nova York: Routledge, 2023).

²² Um exemplo importante dessa tendência é o caso da “Aliança da Esperança” de 2019, que envolveu a prisão e a fabricação de acusações contra figuras de oposição que planejavam concorrer nas eleições legislativas de 2020. Ver Mostafa Mohie, “Hossam Moanis: A Backstage Force in Oppositional Politics”, *Mada Masr*, 7 janeiro 2021.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EstadoDemocracia>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#MediosComunicacion>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca>

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#RecursosPesquisa>